

Co-Investimentos

Racionalizar investimentos para acelerar a expansão da banda larga

Ideias para reflexão

O Brasil tem urgência para expandir suas redes de telecomunicações de nova geração. Os investimentos necessários são altos, demorados e com elevado nível de risco, porém indispensáveis e urgentes.

A situação não é diferente em outros países, mesmo naqueles onde os serviços estão em patamar muito superior aos nossos, em termos de disponibilidade e qualidade.

Nesse contexto, o compartilhamento de investimentos ganha espaço com alternativa relevante. Nos fóruns de discussão sobre o 5G, no Mobile World Congress em Barcelona por exemplo, o compartilhamento é repetido por todos como um mantra e aparece como a alternativa a ser seguida.

Mas o que está sendo feito hoje? O que poderíamos fazer institucionalmente para levar a ideia mais longe, além dos simples acordos que as operadoras já fazem hoje?

Começamos essa reflexão conversando com a Elena Scaramuzzi, diretora da Cullen International, que de Bruxelas, acompanha os desenvolvimentos das telecomunicações na Europa e conhece bem o Brasil.



TelComp (TC): Como a questão do co-investimento está sendo tratada no âmbito das políticas públicas europeias?

Elena Scaramuzzi (ES): Essa é uma das principais questões tratadas pelo novo Código de Europeu de Comunicações Eletrônicas (*European Electronic Communications Code*), aprovado em dezembro de 2018, que estabelece metas arrojadas para instalação de redes “Gigabit” na Europa. A Comissão Europeia reconhece que o co-investimento pode mitigar o risco de implantar redes de nova geração, preservando a competição.

TC: E o que a Comissão está fazendo?

ES: Como se sabe, na Europa os grandes grupos (com poder de mercado significativo, as PMS) são obrigados a abrir suas redes para operadoras competitivas em bases reguladas, conforme o mercado relevante. A ideia da Comissão Europeia é aliviar essas obrigações exclusivamente para as novas redes de altíssima capacidade (VHCN – *very high capacity networks*) construídas via co-

investimentos.

TC: Projetos na base de co-investimentos entre operadoras estão saindo do papel?

ES: Sim. Já existem vários casos de sucesso. A Cullen International analisou 20 projetos em curso em sete países europeus. Na França, por exemplo, a Orange tem projetos com a SFR, com a FREE e com a Bouygues; e a Bouygues com a SFR. Espanha, Portugal, Itália e outros seguem na mesma direção.



TC: Qual a estrutura dos acordos de co-investimentos?

ES: Basicamente dois modelos: a construção de redes separadas por cada parte com acordos recíprocos de acesso no atacado e projetos financiados ou construídos em conjunto. Em alguns casos, na Suíça e Irlanda por exemplo, outros investidores têm participado de projetos ao lado das operadoras envolvidas.

TC: Que elementos de redes são compartilhados?

ES: Tem sido comum compartilhar infraestrutura passiva, circuitos e até redes FTTH. A prestação de serviços, a ativação, os equipamentos ativos e a conexão aos clientes são independentes.

TC: Existe algum tipo de incentivo adicional para co-investimentos?

ES: Na Europa projetos de co-investimento aprovados pelo regulador recebem um tratamento privilegiado. Por exemplo, a análise de mercado relevante (o PGMC no caso do Brasil) é feita com menor regularidade. Uma eventual decisão de não impor o compartilhamento sobre essas redes acaba sendo aplicada por mais tempo (ou seja, há um feriado regulatório um pouco mais longo). A competição é preservada pelo próprio acordo de co-investimento, que inclui condições não

discriminatórias e compromissos de abrangência, qualidade, etc., aprovados pelo órgão regulador, válidos por pelo menos sete anos.

TC: Além das participantes nos projetos outras operadoras têm acesso à infraestrutura construída via co-investimentos? Em que bases?

ES: Sim, de acordo com a regulamentação europeia a rede construída por meio de co-investimentos nessas bases deve estar aberta a outras operadoras em condições equivalentes as dos participantes originais. Há possibilidade de prever uma regra de transição e adaptação que considera o grau de risco assumido por cada participante em cada estágio do projeto e o nível de competição no varejo.

TC: Na sua visão, as políticas públicas no Brasil poderiam considerar algum tipo de incentivo a co-investimentos?

ES: Certamente. Para as torres o mercado resolveu o problema de acesso a infraestrutura passiva – empresas especializadas compartilham torres com todas as operadoras interessadas. Para as redes fixas de alta capacidade, algum tipo de incentivo a co-investimentos poderia contribuir para um aumento do foco na experiência do cliente, com ganho de agilidade do setor e benefícios para a competição.

O Brasil não colocou em prática a regulação de acesso que foi tão útil na Europa. Agora, com o novo PGMC, temos a oportunidade de adotar o compartilhamento de dutos e, com a atualização da regulamentação de uso de postes, dois elementos essenciais para construção de redes de telecomunicações, melhorar as condições para novos investimentos e incentivo à competição. A revista **Telecommunications Policy**, no número de Fevereiro de 2019, publica interessantes *paper* do professor Ingo Vogelsang, da Boston University, com o tema “Has Europe missed the endgame of telecommunication policy?” com uma crítica atualizada sobre o modelo regulatório europeu, onde aborda também a questão de co-investimentos e de compartilhamento de dutos. [Confira o artigo](#)



TelComp - Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas

Av. Iraí, 438 - cj 44 a 47 | Moema | São Paulo | SP | CEP 04082-001 | Tel +55 (11) 5533-8399

Nosso endereço de e-mail é:

editorial@telcomp.org.br

Você recebe este e-mail por ter relacionamento com a TelComp.
